

MENOR TRIBUTO SOBRE ALIMENTOS

*** Roberto Rodrigues**

A Reforma Tributária é tema dos noticiários há tantos anos que perdeu importância relativa: a sociedade em geral se desinteressa pelo assunto em função do seu não encaminhamento e não solução. Adicionalmente, a complexidade da matéria reduz a capacidade de sua discussão. E por último, há uma sensação de que alguma coisa está errada, porque nem tudo é claramente explicado, parecendo que interesses escusos atravancam o processo.

Na verdade, por trás do problema estão mesmo interesses muito distintos: tributos federais, estaduais e municipais compõem uma intrincada malha cuja modificação pode diminuir a arrecadação de uma ou mais daquelas instâncias. Como temos eleição a cada dois anos, ora candidatos a prefeito, ora a governador, ora para os diferentes parlamentos, colocam resistência a uma reforma que possa eventualmente provocar algum desequilíbrio aos respectivos tesouros.

Mas não é possível continuar com a atual carga tributária, que, em 2008, correspondeu a 35,8% do nosso PIB. Tamanha carga inibe investimentos e perturba o desenvolvimento. Ciente disso, recentemente o Governo Federal reduziu o IPI para a venda de automóveis, garantindo a continuidade do desempenho do setor, mesmo em tempos de crise.

Por outro lado, impostos muito elevados estimulam a sonegação. Quando governava São Paulo, Geraldo Alckmin reduziu de 25% para 12% o ICMS sobre o etanol; como resultado, a arrecadação cresceu e a sonegação diminuiu.

É evidente, como regra geral, que impostos menores estimulam investimentos produtivos e desestimulam os sonegadores.

Mas no caso dos alimentos, há um dado adicional. Recentes estudos realizados pelo Departamento do Agronegócio da FIESP, em parceria com a FGV, mostram que as famílias de menor renda (até dois mil reais/mês), que representam 71% da população brasileira, gastam quase 20% de seus salários com alimentação.

A carga tributária brasileira sobre alimentos é uma das maiores do mundo, com média de 16,9%, enquanto na Europa é de 5,1% e nos Estados Unidos menor que 1%.

Desse modo, fica claro que a desoneração do PIS/COFINS da cesta básica e das carnes tem um efeito direto na melhoria da distribuição de renda no país. E, para mexer nele, não precisa haver disputa com governos estaduais e municipais, porque PIS/COFINS é tributação exclusivamente federal.

No ano passado, estima-se que a arrecadação destes tributos sobre os produtos referidos (açúcar, arroz, biscoitos, café, carnes, farinha, feijão, frango, leite, macarrão, margarina, óleo de soja e pães) foi de 3,6 bilhões de reais. O estudo mostra que, se todas as famílias deixarem de pagar estas contribuições, haverá um extraordinário efeito em cascata na economia, porque irão consumir mais alimentos e outros produtos, o que levará a um crescimento de 1,7% do PIB em até 3 anos. Como se explica isto? Simples: o aumento da demanda sobre

bens de consumo em geral exige aumento de sua produção. Isto gera investimentos, empregos e mais renda em diferentes setores (alimentos, vestuário, eletrodomésticos, móveis e utensílios), levando ao referido crescimento do PIB.

São números importantes e de resultado tão direto sobre a renda das famílias quanto o próprio bolsa-família. E com custos menores, podendo até mesmo ser um elemento para reduzir tais gastos no futuro.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**